

## A REPRESENTAÇÃO FEMININA NO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Nadja Silva Brasil Santos<sup>1</sup>

*Resumo:* O presente trabalho se dedica a fazer uma breve reflexão sobre a representação das mulheres nos livros Didáticos de Língua Portuguesa (LDLP) do Ensino Fundamental II, aprovados pelo PNLD/2014 com vistas a analisar como a questão de gênero é apresentada na seleção de textos que servirão de instrumento de ensino e aprendizagem da língua e da literatura brasileira. Para consecução desse trabalho definiu-se levantar uma das coleções, analisando uma amostra de cada série, selecionando os textos que tematizam a mulher, identificando as marcas textuais que elaboram o perfil de mulher, buscando estabelecer uma reflexão sobre o papel que o livro didático desempenha na promoção da consciência da questão de gênero na formação dos estudantes.

*Palavras-Chave:* Gênero. Textos. Livro didático.

### INTRODUÇÃO

O ambiente escolar tem sido considerado como lugar de discussão de saberes e disseminação de conhecimentos onde se promove a reflexão no sentido de estimular sujeitos capazes de pensar e refletir o mundo em que vivem. Nesse sentido, é importante que os recursos didáticos que abrangem o ambiente escolar se tornem objeto de discussão e que possam ser observados atentamente pelos profissionais que irão utilizá-los como ferramentas durante todo o ano letivo.

Pensar sobre a escola e seus recursos didáticos é pensar quase que instintivamente no livro didático. Além de conceituado em nossa cultura escolar, o livro didático tem sido, por vezes, o único mecanismo ou recurso empregado no auxílio do trabalho do professor nas salas de aula da Educação Básica.

O livro didático é um precioso instrumento de acesso à cultura e ao desenvolvimento da Educação. Em muitas realidades, ele é o primeiro livro, abrindo caminho para o hábito da leitura e do aprendizado. Desde que começaram a ser produzidos no Brasil, até hoje, os livros didáticos vêm passando por inúmeras transformações, visando seguir as novas dinâmicas escolares e contribuir para uma aprendizagem significativa. Com abrangência em todas as séries da educação básica, sua constituição apresenta informações e conhecimentos que, intrinsecamente, expressam uma determinada concepção de sociedade.

Destarte, o propósito desse artigo é apresentar resultados parciais de uma pesquisa em andamento, intitulada provisoriamente 'A questão de gênero no livro didático de língua portuguesa

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB), linha de pesquisa Letramento, Identidades e Formação de Educadores. Orientadora: Profa. Dra. Maria de Fátima Berenice da Cruz. Membro do GEREL (Grupo de Estudos em Resiliência, Educação e Linguagens). Endereço eletrônico: brasil.nadja@hotmail.com.

da educação básica'. A pesquisa mencionada pretende analisar, por amostragem, textos literários contidos nos livros didáticos de língua portuguesa do 6º ao 9º ano – séries finais do Fundamental II – aprovados e disponibilizados pelo PNLD (Plano Nacional do Livro Didático) 2014 para as escolas públicas fazerem uso no triênio de 2014/2015/2016, com vistas a observar as questões de gênero nos textos propostos e difundidos nesse material.

Os textos literários sempre estiveram presentes nas várias abordagens dos conteúdos apresentados nos livros didáticos e estes são usados pelos autores com objetivos distintos. Apesar de suas significações e formatos terem mudado com o passar do tempo, ele continua apresentando importante papel ideológico, pois transmite valores dos grupos dominantes, o que sugere então a necessidade de discussões e reflexões acerca dele. Todavia, não se pretende analisar aqui as características literárias ou linguísticas dos textos, mas as implicações sociais que estes causam. Com isso busca-se apontar e refletir como esses textos podem contribuir para concepções de opressão, de subordinação e de desvalorização da mulher.

Para consecução deste trabalho, definiu-se selecionar uma das coleções aprovadas pelo PNLD/2014, a saber, 'Singular & Plural - Leituras, produção e estudos de linguagem', das autoras Laura de Figueiredo, Marisa Balthasar e Shirley Goulart, da Editora Moderna. Assim, o presente artigo representa o recorte de uma pesquisa qualitativa, de abordagem bibliográfica onde utilizamos como *corpus* de análise, textos literários de livros didáticos de língua portuguesa, que são tratados na perspectiva da análise de conteúdo.

Pretende-se refletir sobre as questões de gênero no LDLP fazendo uso das contribuições teóricas de Judith Butler, Guacira Louro e Joan Scott. Butler surge em defesa da desmontagem de todo tipo de identidade de gênero que oprime as singularidades humanas por não se emoldurarem no "adequado" ou "correto" no que se refere ao cenário da bipolaridade das relações entre pessoas. Louro debate a exclusão das minorias de gênero na história da educação e Scott contribui para o debate relacionando o conceito de gênero ao surgimento dos movimentos de políticas sociais com o intuito de distinguir gênero de sexo.

Este estudo conta ainda com um aporte teórico da crítica cultural apoiando-se nas ideias de Michel Foucault, Gilles Deleuze, Jacques Derrida e Friedrich Nietzsche. Foucault traz uma contribuição inegável no que tange as questões de gênero. Ele não se coloca como descobridor de conceitos relacionados às relações de gênero e poder, contudo, apresenta reflexões profundas sobre o assunto. Deleuze é um filósofo que também colabora com a questão, pois suas teorias debatem acerca da diferença e da singularidade, nos desafiando a pensar em temas como rizoma, devir, acontecimentos, singularidades, enfim conceitos que nos conduzem a questionar e a refletir sobre

instrumentos engessados que propiciam a repetição de pensamentos androcêntricos e hegemônicos na sociedade. Trazemos ainda, Derrida a partir do pensamento da desconstrução, deslocamentos e questionamentos, representando o esforço para se quebrar barreiras e ultrapassar as fronteiras que se estabelecem ao longo da história nos livros didáticos, buscando desconstruir vícios do pensamento ocidental, como a oposição tida como universal e atemporal entre homem e mulher.

Assim sendo, não se pretende aqui um levantamento exaustivo do problema, entretanto deve ser visto como um esforço no sentido de reflexão e instauração do debate sobre a questão de gênero, estabelecendo uma reflexão sobre as relações de gênero nos textos literários dos livros didáticos de língua portuguesa.

## **1 GÊNERO E EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS TEÓRICAS**

O conceito de gênero que pretendemos enfatizar está ligado diretamente à história do movimento feminista contemporâneo, um movimento social organizado, comumente remetido ao século XIX e que propõe a igualdade nas relações entre mulheres e homens através da mudança de valores, de atitudes e comportamentos humanos.

No Brasil, as discussões sobre a diversidade de gênero tiveram uma virada nos anos de 1990, com estudos feitos pela historiada Guacira Louro sobre a exclusão das minorias de gênero na história da educação. Ela introduziu os estudos de gênero, apresentando conceitos e teorias no campo dos estudos feministas e suas relações com a educação.

Para Louro, o termo gênero passou a ser usado com o propósito de marcar as diferenças entre homens e mulheres, que não são apenas de ordem física e biológica. Para a autora, a diferença sexual anatômica não pode ser pensada de forma isolada das construções sociais e culturais da qual fazem parte. Assim:

Uma compreensão mais ampla de gênero exige que pensemos não somente que os sujeitos se fazem homem e mulher num processo continuado, dinâmico [...]; como também nos leva a pensar que gênero é mais do que uma identidade aprendida, é uma categoria imersa nas instituições sociais (o que implica admitir que a justiça, a escola, a igreja etc. são “genereficadas”, ou seja, expressam as relações sociais de gênero). (LOURO, 1995, p.103)

A concepção histórica da categoria gênero está relacionada à aceitação do termo pelas feministas americanas que ambicionavam uma maneira de classificar as diferenças presentes no sexo, antes exploradas nas academias como “questões de mulher” ou “estudos sobre a mulher” e passam a usar a expressão no seu sentido literal. Para Scott (1995, p. 1), o uso do termo gênero era “[...]como uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos[...].”

Compreende-se, portanto, que o debate em torno da questão de gênero perpassa pela observação que fazemos das relações sociais no trabalho, no lazer, na política, pois convivemos permanentemente com relações de dominação, com relações de poder. Assim, é possível afirmar que as relações de gênero se referem às relações sociais de poder entre homens e mulheres, em que cada um tem seu papel social que é determinado pelas diferenças sexuais.

O gênero é uma das principais formas de distribuir e denotar o poder, por conseguinte, o que é qualificado como masculino tende a ser classificado como mais superior; à medida que, o que é avaliado como feminino é tomado como mais inferior, com menos poder e por isso fica sob a submissão ao masculino. Em vista disso, a desigualdade de gênero é um fenômeno estrutural com raízes complexas e instituído social e culturalmente de tal forma, que se processa cotidianamente de maneira quase imperceptível.

Louro (2007, p. 30) adverte que o conceito de gênero demanda uma forma plural e relacional de pensar sobre os indivíduos. Não se deve atribuir papéis masculinos ou femininos, pois significam padrões, regras arbitrárias que conduzem a comportamentos impostos pela sociedade. Em outras palavras “[...] é preciso desconstruir o caráter permanente da oposição binária masculino-feminino.”

Segundo Scott (1995, p. 75), “[...] gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e também um modo primordial de dar significado às relações de poder.” As contribuições da autora, para essa discussão, representam um auxílio a partir de sua proposição para um novo paradigma teórico que passa a considerar gênero como uma ‘construção social e histórica entre os sexos’. Para ela, o gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. Este não apenas faz referência ao significado da oposição entre homem e mulher; mas também o estabelece.

Na tentativa de refletir um pouco mais sobre a questão de gênero, Judith Butler surge em defesa da desmontagem de todo tipo de identidade de gênero que oprime as singularidades humanas por não se emoldurarem no ‘adequado’ ou ‘correto’ no que se refere ao cenário da bipolaridade das relações entre pessoas. Vale ressaltar que Butler é uma filósofa pós-estruturalista que possui aversão a estereótipos e conceitualizações que rotulam os sujeitos e suas identidades, por entender ser tal prática excludente. Para Butler (2003, p. 21), “A noção binária de masculino/feminino constitui não só a estrutura exclusiva em que essa especificidade pode ser reconhecida, mas de todo modo a 'especificidade' do feminino”.

Indo um pouco mais além da discussão iniciada por Scott, buscamos em Foucault mais desdobramentos sobre a natureza do poder e para inferir seu entrelaçamento com as relações históricas entre gênero e educação. Michel Foucault traz uma contribuição inegável no que tange ao

tema discutido. Foucault não se coloca como descobridor de conceitos relacionados às relações de gênero e poder; contudo, apresenta importantes reflexões sobre o assunto. Para ele os indivíduos acabam se tornando escravos de repetições de normas criadas pela sociedade sendo necessário uma 'desconstrução' dessas ações. Dessa forma o poder atua como uma força coercitiva, disciplinando e controlando os indivíduos. Segundo Foucault (2004, p. 97), "[...] o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força." Assim, o poder pode até parecer invisível, mas é reproduzido e eternizado pelo meio social, através dos indivíduos.

A desconstrução da oposição binária igualdade/diferença também é defendida por Scott, à luz de Derrida. Para Scott, a própria posição entre igualdade e diferença esconde a interdependência dos dois. Jacques Derrida tem proporcionado, a partir do pensamento da desconstrução, deslocamentos e questionamentos, representando o esforço para se quebrar barreiras e ultrapassar as fronteiras que se estabelecem ao longo da história, buscando desconstruir vícios do pensamento ocidental, como a oposição tida como universal e atemporal entre homem e mulher. Segundo Derrida (2002, p. 162), "[...] tudo que a desconstrução trata de demonstrar é que, se as convenções, as instituições, e o consenso são estabilizações, consistem em estabilizações de algo essencialmente instável e caótico." Nessa concepção, pode-se dizer que a desconstrução para Derrida tem como proposta problematizar, questionar o mundo no qual se está inserido, questionar fronteiras e dicotomias, não as negando, mas interrogando quais sejam os seus limites. Podemos considerar, então, que nesse momento a desconstrução de Derrida apresenta-se como uma prática de crítica, de não aceitação do imposto, assim como propomos nesse artigo a partir da análise crítica dos textos literários contidos nos LDLP.

A filosofia de Deleuze também colaborou para embasar essa discussão sobre a questão de gênero no livro didático. Analisando que sua filosofia se baseia em um conflito amplo, em um confronto entre dois modos de pensar, podemos considerar para análise da questão a "filosofia da diferença", na qual se pensa a diferença enquanto tal. Deleuze se propõe a pensar a relação do diferente com o diferente, sem submetê-lo a nenhuma forma de representação que o reconduza ao "mesmo".

Ao conceber a vida como acontecimento que se produz como um devir, Deleuze vem nos desafiar com uma lógica do sentido, não com categorias entrincheiradas, fazendo abstrações dos acontecimentos já dado e já equacionado. Desafia-nos, nessa linha, à ideia de pensar que a questão de gênero nos textos literários dos LDLP deveria ser rizomática, sem se preocupar com a instauração de nenhuma falsa totalidade. Não interessa seguir modelos, propor caminhos, impor conceitos

arraigados e definidos por uma sociedade patriarcal. Importa fazer rizoma, conexões, trabalhando o “entre dois”, entre as coisas, na intenção de verificar que o livro didático de língua portuguesa, através de seus textos literários, incorpore, em sua maioria, a questão de gênero, porém, não reproduzindo um modelo definido pela sociedade, mas que retrate e respeite o lugar ocupado pela mulher. Assumindo, assim, a potência do pensamento ao colocar-se o mais perto possível do infinito. Afinal, Deleuze (1992, p. 109) nos coloca em condição de não se refugiar na “reflexão sobre”, mas de operar, criar, experimentar, sem ser “[...] agitando velhos conceitos estereotipados como esqueletos destinados a intimidar toda criação [...]”

Em suma, todo o processo de construção cultural de gênero, em torno da representação da mulher pode nos possibilitar a visão de um projeto de poder que constrói e desconstrói a sociedade, criando desigualdade entre grupos e indivíduos, alegando os mais variados pretextos sobre a base de uma ilusória neutralidade dos fatos biológicos, historicamente universais e, supostamente, isentos das lutas políticas. O gênero é um produto de relações sociais que envolvem disputa de poder que atuam na vida dos indivíduos e na sociedade como um todo. Assim, torna-se urgente um olhar cuidadoso e crítico sobre a representação da mulher nos textos literários contidos nos livros de língua portuguesa da educação básica.

## **2 QUESTÕES DE GÊNERO NO LIVRO DIDÁTICO**

De acordo com o censo do IBGE (2010) a população brasileira está mais feminina. São 97.342.162 mulheres e 93.390.532 homens. As mulheres superam em mais 3,9 milhões o número de homens, representando mais da metade da população brasileira. Pareceria lógico que elas se fizessem presentes também, em pelo menos, na metade das representações femininas dos livros didáticos de língua portuguesa, tanto em números, quanto em relevância. No entanto, isso não corresponde à realidade.

Diante dessa premissa, destaca-se aqui a necessidade de discussões acerca do livro didático (LD), que muitas vezes é o único instrumento usado pelo professor e tido como possuidor de verdades absolutas.

Apesar de suas significações e formatos terem mudado com o passar do tempo, o livro didático continua apresentando importante papel ideológico, pois transmite valores dos grupos dominantes, o que sugere a necessidade de debates e reflexões acerca dele. De acordo com Bordini e Soares (2008), os livros didáticos apesar de serem moldados, também possuem a capacidade de moldar a cultura, reproduzindo significados para os sujeitos, influenciando e demarcando

características como normais, atribuindo estereótipos de como é ser menina e ser menino, homem e mulher.

Sobre os livros didáticos produzirem e normatizarem saberes e jeitos de ser e estar na sociedade, Tardelli (2002, p. 37) comenta que “O livro didático é presença constante em sala de aula; geralmente, ele assume o estatuto de autoridade[...]. Em geral parece não ser o mestre que ensina, orienta, pensa[...]”. Apesar de tais afirmações parecerem duras, elas refletem bem a maneira como esse material didático vem sendo utilizado por boa parte das escolas. A mesma posição é reiterada por Silva (2011, p. 112), “[...] o livro didático assume papel de principal controlador: orienta os conteúdos a serem ministrados, a sequência deles, as atividades de aprendizagem e a avaliação do desempenho dos alunos”. Para a autora, o livro didático passa a ser a principal fonte de transmissão do conhecimento.

No Brasil, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s) preveem, nos temas transversais, a discussão das questões de gênero no espaço escolar. A definição de gênero apresentada no material é “o conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir das diferenças biológicas dos sexos” (1998, p. 320).

Ressaltamos que a reflexão sobre gênero no LDLP aqui proposta não está para sugerir meras substituições entre as posições sociais que homens e mulheres ocupam; contudo para questionar quais são as bases que legitimam organizações de uma sociedade desigual e cruel e, deste modo, dar início a condições para construirmos uma sociedade que realmente tenha igualdade de direitos e equiparação de oportunidades.

Portanto, é necessário que os livros didáticos, através de seus textos literários, promovam discussões sobre gênero, motivem a reflexão individual e coletiva, contribuindo para a superação e supressão de qualquer tratamento preconceituoso. Reflexões sobre esses materiais tão utilizados em sala de aula são fundamentais para ampliar a compreensão e fortalecer a ação de combate à discriminação e ao preconceito referente a mulher.

### **3 AUTORIA FEMININA NO LIVRO DIDÁTICO: UMA QUESTÃO DE GÊNERO?**

O espaço dado a escrita das mulheres ainda é indigno no ambiente escolar. Encontra-se a presença de textos de autoria feminina nos livros didáticos, porém com pouca representatividade ou recebendo menor destaque do que os autores masculinos. Isso sem considerar que a quantidade de escritores do sexo masculino ainda é muito mais farta do que a de autoras femininas. Há quem diga que essa dimensão se deva a quantidade desproporcional das obras, visto que homens sempre

escreveram, ao passo que a escrita de autoria feminina fora marginalizada e proibida pelas convenções sociais ao longo dos anos.

A igualdade entre gêneros e a representatividade nunca foram tão discutidas quanto na atualidade. Se hoje homens e mulheres têm muitos direitos em comum, há ainda muito o que ser discutido sobre esse tema, uma vez que a discriminação em função do gênero ainda é constante em nossa sociedade.

Durante muito tempo foi negado às escritoras um espaço entre os grandes nomes literários, ou mesmo o direito de escrever. Na história da literatura, a ausência das mulheres é visível. Virginia Woolf (1996) esclarece que se por um lado é verdade que as mulheres sempre quiseram escrever; por outro, é verdade também que nunca foi permitido que o fizessem, por não possuírem condições materiais favoráveis para exercer o ofício intelectual em meio às urgentes e intermináveis tarefas domésticas. Para que as mulheres pudessem concretizar tal tarefa, seria necessário um teto próprio e uma boa quantidade em dinheiro nunca visto em mãos femininas. A atividade masculina, unificada pela cultura patriarcal, caracteriza-se então pelos afazeres externos, ao passo que a atividade feminina, que também tem seu conceito construído pelo homem, se reduz apenas aos afazeres domésticos. Sobre as dificuldades enfrentadas pela mulher, Woolf (1996, p. 49) salienta: “Na verdade creio que ainda passará um longo tempo antes que uma mulher possa sentar para escrever um livro sem encontrar um fantasma para ser assassinado, uma rocha para ser golpeada”. Essa assertiva exemplifica uma sociedade machista e propagadora de uma oligarquia.

Utilizando a desconstrução desenvolvida por Derrida e analisando a história da hegemonia do homem sob a mulher e a hegemonia do poder que os valores exercem, percebe-se que toda a origem de dominação está estruturada no pensamento patriarcal e na inferiorização do outro. Tudo isso pensado para que, o homem, os detentores dos poderes, continuasse dominando, criando sempre uma “periferia” que “não faria parte da história”.

Sobre a trajetória da literatura de autoria feminina, é fator extremamente relevante compreender a dificuldade que as escritoras tiveram/têm para se firmarem ante as limitações e restrições impostas pela sociedade machista, na qual a mulher sempre figurou como dominada e submetida às vontades do homem. As dificuldades encontradas no campo literário são reflexos das dificuldades encontradas no campo civil, político e cultural como um todo.

Assim sendo, reflexões como estas, que questionem a escrita de autoria feminina, é útil e pertinente, quando se sabe que os valores em que se baseiam os padrões de qualidade literária têm sido predominantemente masculinos, e que as próprias teorias estão enraizadas na leitura de textos escritos por homens.

#### **4 A ANÁLISE DO CORPUS**

Questionar e refletir sobre as representações encontradas nos livros didáticos, mas especificamente os de língua portuguesa, não significa negar a sua qualidade nem tampouco a importância que eles assumem no dia-a-dia do ambiente escolar. Significa chamar atenção para a necessidade de se cultivar um olhar crítico e, se necessário for, analisar as representações que podem comunicar preconceito e gerar discriminações quando essas são consideradas como verdades absolutas.

Partindo desse pressuposto, surgem indagações referentes ao tratamento dado à questão de gênero nos textos literários contidos nos livros didáticos de língua portuguesa. Sabe-se que o texto literário sempre esteve presente nas várias abordagens dos conteúdos apresentados nesse instrumento e vem sendo usado pelos autores com objetivos distintos, competem aos profissionais da educação discernir como explorá-los de maneira a evitar fixar preconceitos e discriminações instituídos ou manifestados no material.

O papel do livro didático de língua portuguesa no processo de construção do conhecimento, deve conduzir o processo de reflexão que possibilitará ao aluno autonomia para eleger seus valores, tomar posições e ampliar seu universo de conhecimentos, e não transmitir valores, crenças e opiniões como sendo verdades absolutas ou princípios a serem seguidos.

A reflexão inicial sobre o tema depreendeu-se da análise de uma coleção de livros didáticos de língua portuguesa do ensino fundamental II. Trata-se da coleção 'Singular & Plural - Leituras, produção e estudos de linguagem' - Editora Moderna, das autoras Laura de Figueiredo, Marisa Balthasar e Shirley Goulart. Compreendemos que essa seleção não consegue dar conta do tema por completo, e que para resultados mais consistentes, as outras coleções devem também ser analisadas; entretanto, ressaltamos que esse trabalho faz parte de uma pesquisa recente e ainda em andamento. Assim, o que pretendemos no momento é lançar uma discussão, refletindo sobre a abordagem do tema nos textos literários contidos na coleção.

Segundo avaliação do PNLD, o trabalho com "os textos literários destaca-se pela diversidade e pela representatividade dos seus autores. Nele, a introdução das unidades é feita com poemas ou textos imagéticos, e o objetivo central é o letramento literário, com atividades que se voltam para os modos constitutivos de ler de cada gênero e para o estímulo à fruição estética." (GUIA DO LDLP, 2013, p. 107).

Porém, considerando os textos literários inseridos na coleção em análise, percebeu-se que grande parte é de autoria masculina e de consagrados escritores da sociedade brasileira. Foram

encontrados fragmentos de textos, romances, poemas, contos e crônicas de escritores como Fernando Sabino, Moacyr Scliar, Carlos Drummond de Andrade, Monteiro Lobato, Paulo Mendes, Luís Fernando Veríssimo, Rubem Braga, Machado de Assis, Rubem Alves, Antônio Prata, Ferreira Gullar, Mário Quintana, Millôr Fernandes, Edgar Poe, dentre outros. Muito longe dessa representatividade masculina, estão os textos de autoria feminina. Em número bem menor, autoras ilustres têm fragmentos de textos citados, como Clarice Lispector, Marina Colasanti, Lígia Fagundes Telles, Tatiana Belinky e Ruth Rocha.

Após esse mapeamento, deu-se seguimento a análise da representação da mulher nessa coleção. Verificamos que as mulheres pouco aparecem e quando isso acontece, estão atreladas a uma série de preconceitos e estereótipos, como observado no livro 3, página 92, com o cordel intitulado 'A vida secreta da mulher feia', do autor J. Borges. Trechos como "Tinha os beijo feridendo /e os olhos de remela, /Um caroço arredondado /do lado de uma costela e/ tinha um peito no sovaco/ e outro no pé da goela" enfatiza a busca incessante pela valorização da aparência jovem e bela, de corpo esbelto e sorriso encantador, cobrados na figura feminina.

Percebe-se que as relações de gênero continuam reproduzindo a submissão, o controle e a manipulação imposta às mulheres. No livro 2, página 309, o texto de Moacyr Scliar reforça essa mesma situação quando compara, no conto 'Bruxas não existem', as características físicas de uma senhora a de uma bruxa. "Era muito feia, ela; gorda, enorme, os cabelos pareciam palha, o nariz era comprido [...]".

Os textos literários mais expressivos nos quatro volumes relacionam-se à vida das mulheres, abordando a questão do casamento, da família, do papel da mãe, da esposa, da professora e da dona de casa, reforçando a situação de submissão do gênero. Na página 270 do volume 1, observa-se essa representação bem acentuada, onde a crônica de Rubem Braga, intitulada 'Mãe', ressalta o papel da mãe que cuida do filho e das questões do lar. "Então a Mãe começou a folhear a revista mundana - que vestido horroroso o da Marieta neste coquetel - que presente de casamento vamos dar à Lúcia? tem de ser uma coisa boa - e outros pequenos assuntos sociais foram aflorados numa conversa preguiçosa". E mais, a 'feminilidade' que se espera das mulheres pode ser percebida na página 250 do livro 1, no poema de Machado de Assis, que a partir de adjetivos como 'sorridentes', 'simpáticas', 'atenciosas', 'discretas', 'contidas', 'meigas' acaba por conduzir a mulher, à anuência das expectativas masculinas. Logo, a dependência em relação ao outro acaba por se tornar característica obrigatória de seu ser. "Sua boca meiga e breve, / Onde um sorriso de leve, / Com doçura se desliza, / Ornando purpurea cor, / Celestes lábios de amor/ Que com neve se harmoniza".

Nos quatro volumes é notável, nos textos literários, a persistência de padrão quase idêntico no que diz respeito à atividade ocupacional de personagens femininas (afazeres do lar, professoras, diretoras). Enquanto isso, os homens representam os motoristas, cientistas, médicos e jogadores. São os seres fortes, ativos, protetores, destemidos, independentes, competentes, financeiramente bem-sucedidos e sexualmente impositivos. Os textos mostram as mulheres representando as personagens femininas em condições de subalternidade em relação ao marido, ao chefe, à sociedade. Desse modo, o estereótipo da mulher afável, gentil, mais vulnerável, cuidadosa, mais compreensiva e jeitosa é reproduzido em maior escala nos textos literários analisados.

Não obstante, alguns textos, mesmo que de formas sutis, vêm trazendo mudanças. Na página 36, livro 4, há o texto ‘E agora filha?’ de Isabel Vieira abordando a força das mulheres em suas lutas diárias. Ele traz possibilidades reflexivas ao tratar da mulher, da família estigmatizada pela sociedade, da mulher grávida, abandonada e que vai à luta para sustentar sua filha sozinha. Já no volume 3, na página 155, através do texto de Conan Doyle, é apresentada a mulher, Irene, caracterizada com “equilibrada, fria, severa...” e que segundo o narrador “[...] o reino da Bôemia foi ameaçado por um grande escândalo e que os melhores planos...foram frustrados pela sagacidade de uma mulher”. Percebe-se, de forma discreta, que a coleção já sinaliza para a desconstrução desse padrão hegemônico estabelecido pela sociedade. Através de pequenos fragmentos ou textos já é possível verificar um esforço para romper com essa representação feminina estereotipada utilizando os textos literários.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A questão de gênero, sob a perspectiva da representação da mulher nos livros didáticos de língua portuguesa, torna-se necessário visto que aborda como as mulheres são apresentadas, tratadas e suas representações construídas na sociedade; provocando questionamentos e reflexões. Também se constitui interesse pedagógico, pois seus efeitos e implicações podem trazer importantes contribuições para o entendimento e transformação da construção identitária dos alunos.

As reflexões iniciais da coleção selecionada apontam para a existência expressiva de discursos estereotipados e preconceituosos em relação a representação da mulher nos textos literários dos livros didáticos de língua portuguesa. Aliás, os textos vêm contribuindo para a propagação de pensamentos androcêntricos e de inferiorização da mulher através de mecanismos ideológicos de gênero valorizando os padrões de comportamentos masculinos.

Percebeu-se que ainda persistem os discursos que segregam o gênero feminino ao contexto do lar e da submissão; enquanto o masculino direcionado ao trabalho, a força, a virilidade e a proteção. Contudo, verificou-se uma pequena mudança em relação a essas representações femininas nos textos literários, que mesmo de maneira exígua vem ganhando um espaço diferenciado e menos marginalizado, mas que só poderá ser apontada de maneira mais significativa, após uma análise mais aprofundada do *corpus*.

Foi possível verificar que o livro didático de língua portuguesa, através de seus textos literários incorporam, em sua maioria, a questão de gênero, porém reproduzindo um modelo definido pela sociedade. Portanto, torna-se necessário fazer leituras críticas dos textos contidos nesses livros, refletindo sobre a importância desse instrumento na prática escolar, debatendo sobre os textos sexistas e preconceituosos que depreciam o lugar ocupado pelas mulheres na sociedade, disseminando desigualdades e opressões com o objetivo de garantir a manutenção da sociedade patriarcal.

## REFERÊNCIAS

BORDINI, S. C.; SOARES, E. G. Livros didáticos de ciências e a fabricação das identidades de gênero, sexualidade e etnia. In: *III Simpósio Internacional e IV Fórum Nacional de Educação – Políticas Públicas, Gestão da educação, Formação e Atuação do Educador*. Universidade Luterana do Brasil, Torres, Anais. 2008.

BUTLER, Judith. *Problema de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DELEUZE, Gilles. Controle e Devir. In: *Conversações*. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 2004.

DERRIDA, Jacques. *A Escritura e a Diferença*. Trad. Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. Revista Encontros de Vista. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2002, p. 20.

FIGUEIREDO, Laura de; BALTHASAR, Marisa; GOULART, Shirley. *Singular & Plural: leitura, produção e estudos de linguagem*. São Paulo: Moderna, 2012.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 23 ed. São Paulo: Graal, 2004.

GUIA DE LIVROS DIDÁTICOS. *PNLD 2014: Língua portuguesa: ensino fundamental: anos finais*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso: agosto 2016.

LOURO, Guacira L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 2001.

LOURO, Guacira L. *Gênero, história e educação: construção e desconstrução*. v. 20, n. 2. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1995, p. 101-132, jul./dez.

NIETZSCHE, Friedrich W. *Genealogia da moral: uma polêmica*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

NIETZSCHE, Friedrich W. *Além do Bem e do Mal*. Trad. Paulo César de Souza. 2 ed. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

SCOTT, Joan W. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. v. 20, n. 2. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1995. p. 71-99, jul./dez.

SILVA, Edissa Fragoso da. *Leitura do texto literário museificado no manual de Língua Portuguesa*. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, Campos dos Goytacazes – RJ, 2009.

TARDELLI, M. C. *O ensino da língua materna: Interações em sala de aula*. São Paulo: Cortez, 2002.

WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Trad. Vera Ribeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.